

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE LONDRINA – CONSEA-LD**

No dia 24 de abril de 2026 às 08h15 na UNICESUMAR, sito à Av. Santa Mônica 450 Londrina-PR, reuniram-se os membros do CONSEA-LD: Kelly Franco de Lima – Presidente, Viviane Fernandes – (SMAA) Secretária Executiva, Maria Inez Gomes (ADECOL), Miguel Gomes Celestino (COAFAS), Lilian Azevedo Miranda (Sindicato Rural Patronal de Londrina), Lucilene Ferreira Gonçalves (Sesc/Mesa Brasil), Juliana Silva Rocha (CÁRITAS), José Rubens de Paula Rodrigues (COOCAFAT), Cleusa Wichoski e Cássia Regina Bruno Nascimento (UNICESUMAR), Flávia Maronesi (Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera), Paulo de Tarso Carvalho (UTFPR), Luiz Diego Marestoni (IFPR), Paulo Sérgio Aragão e Caroline Favaro (SMAS), Beatriz Lourenço Nunes (SME), Luciane Antonietti (AMS) e Fábio Issamu Arijj (SMPOT), para a deliberação dos seguintes assuntos: 1. Aprovação/Alteração da Ata da Reunião Ordinária do dia 06/03/26; 2. Programa Nova Trilha - Carolina Favaro - Secretaria de Assistência Social de Londrina 3. Nicolly - Cozinha Solidária Flores do Campo 4. PAA - Murilo Lyra - Consultor/Articulador/Paraná 5. Programa Compra Direta Paraná (situação no município de Londrina) - Kelly Franco de Lima; 6. Central de Distribuição (devolução) - Priscila Magarotto - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento 7. Protocolo Brasil Sem Fome – (Termo de Compromisso e Plano de Ação do município) - Priscila Magarotto e Viviane Fernandes - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento 8. IV Encontro Regional do SISAN - Região Sul - Kelly Franco de Lima e Viviane Fernandes. Kelly deu boas vindas a todos, fez uma breve apresentação em virtude da presença de alguns alunos do curso de Nutrição da UNICESUMAR e agradeceu a disponibilização de espaço. Passando a palavra para a Viviane, que fez a leitura e breve explanação sobre cada item da pauta. Em relação à ata da reunião anterior, destacou os pontos principais, sendo o tema da Cozinha Solidária retomado na presente plenária, com ênfase dos Conselheiros Beatriz, Luiz Diego e Paulo Sérgio sobre a Declaração de Funcionamento. Viviane e Kelly explicaram novamente que por isso há a necessidade da visita dos Conselheiros na Cozinha a fim de conhecer seu funcionamento, e do envio de um Projeto antes da emissão da Declaração. Lucilene se manifestou enfatizando a importância do CONSEA e também do SESC Mesa Brasil no acompanhamento, orientações,

indicações de cursos/capacitações de manipulação de alimentos aos voluntários, ou seja, sempre levando as informações para atender às demandas. Luiz Diego sugeriu que no caso de constatação de irregularidade, o Conselho emita uma Declaração de não atendimento às orientações e/ou pendências constatadas. Priscila indicou a prof<sup>a</sup> Fernanda da UEL para treinamento de boas práticas aos voluntários dessas Cozinhas. Após as discussões a ata foi aprovada.

2. Programa Nova Trilha – Caroline relatou que o Programa Nova Trilha foi extinto por conta da redução orçamentária no ano passado. Era um Programa Complementar iniciado em 2023, funcionava de segunda a domingo, disponibilizava alimentação (jantar, café da tarde e aos sábados de manhã o desjejum), espaço para higiene, atividades coletivas, atendimento técnico e orientação social para as pessoas em situação de rua. Surgiu com a ideia de sistematizar dentro de uma organização as ofertas de educação que eram ofertadas na rua principalmente na região central pelas entidades filantrópicas, igrejas e instituições. Inicialmente foi feito um levantamento de todas essas instituições, organizado um cronograma e disponibilizado um espaço adequado para a oferta de alimentação e para se pensar em uma oferta dentro da política sócio assistencial envolvendo outras ações e não só alimentação. A Saúde, pensando na perspectiva da saúde mental, atendia o uso abusivo de substâncias. Em parcerias com algumas instituições, estas, cuidavam da parte estética, do autocuidado e da alimentação diária. A questão da alimentação, é o objetivo desta explanação ao Conselho, pois hoje não existe mais essa oferta e esse espaço. Algumas entidades pararam com as ofertas de alimentação, outras têm feito doações em outros lugares, mas a preocupação é que atualmente não existe mais esse espaço, e o Restaurante Popular está fechado por um período, ou seja, a população está desassistida neste momento, principalmente o público que não acessa outras ofertas de acolhimento por diversos motivos. A maior preocupação é que o Nova Trilha garantia uma zona de segurança contínua nos períodos de maior exposição de desorganização, principalmente aos finais de semana onde todas as outras ofertas se encerram. Só há a abordagem de funcionamento em horário reduzido, e agora, no período de inverno a alimentação é uma frente muito importante para esse público. Os impactos imediatos estruturais tanto para os usuários como para os serviços que atendem a pessoa em situação de rua com encerramento desse programa é a falta de acesso à alimentação diária regular, falta de espaço de convivência de pertencimento para os que não conseguem vale e acolhimento, ausência de banheiro aos finais de semana pois o Centro Pop só

funciona de segunda à sexta, falta de acesso à água potável e abrigo, ou seja, se perde a oferta da estrutura regular para o cuidado da saúde e segurança, e da alimentação em um local adequado. O Programa que atendia cerca de 80 a 120 pessoas por dia, havia ampliado a rede de proteção e segurança alimentar, pois antes as pessoas se alimentavam na Concha Cústica e mocós. Durante o Nova Trilha foi possível o fornecimento de um espaço seguro para a questão alimentar da população em situação de rua e seu encerramento deixa importantes lacunas relacionadas à refeição, higiene e convívio que agrava a vulnerabilidade dessas pessoas. E agora com a suspensão do atendimento no Restaurante Popular, pois a SMAS têm uma parceria no contrato do Restaurante, custeando 30 refeições por dia, também não haverá esta oferta, justamente no início do inverno, o que é uma grande preocupação com o público da assistência. Então, gostaria do auxílio deste Conselho, para pensarmos de que forma podemos contribuir para avançarmos nessa perspectiva da Segurança Alimentar para as pessoas em situação de rua, pois este Programa foi extinto e não houve outro programa pra substituí-lo. Luiz Marestoni sugeriu que seja feita uma Carta de Manifestação com a assinatura das entidades do Conselho, com o intuito de sensibilização do Chefe do Poder Executivo. Mas primeiro, a Assistência Social encaminhe uma Minuta solicitando este apoio por parte do Conselho. Paulo Sérgio, concordou com a sugestão, enfatizando o risco da insegurança alimentar e da precariedade, dizendo que a assistência social trabalha com necessidades humanas, e, a alimentação é uma delas. Maria Inês, sugeriu uma Cozinha Solidária na área central, mas seria uma ideia a médio e longo prazo. Kelly e outros representantes perguntaram sobre o Restaurante Popular, e Priscila informou que o prazo para a reforma do Restaurante é de 90 dias, tem três orçamentos finalizados, falta o de alteração do projeto dos banheiros na questão de acessibilidade. Paulo perguntou se já houve a assinatura de contrato, Priscila informou que será a empresa terceirizada da Prefeitura. E sobre o orçamento, disse que será necessário buscar recursos de outras Secretarias, pois o valor adquirido com a Secretaria de Educação (de trezentos mil), não será suficiente para a reforma, pois a parte da cozinha também apresentou problemas estruturais. Estima-se que a reforma só do prédio do Restaurante ficará em torno de quinhentos a seiscentos mil. Retomando sobre o Programa Nova Trilha, Paulo Tarso sugeriu que se houver outras entidades ou Conselhos que foram afetados pela extinção do Programa, seria interessante ter este olhar para somá-los à Manifestação. Kelly sugeriu a formação de um grupo para

realizar a descrição deste documento (Viviane, Paulo de Tarso, Kelly Franco, Paulo Sérgio, Caroline Fávaro, Maria Inês e Luiz Marestoni) e se comprometeu a repassar essa questão na reunião da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional – CORESAN e na plenária estadual de Pato Branco. 3. Cozinha Solidária Flores do Campo – Nicolly informou que a construção da Cozinha teve início em 2024 com ajuda da comunidade, e foi inaugurada em 26 de abril de 2025. A iniciativa é fruto do Projeto Núcleo Periférico já existente em Curitiba, com a visita no local do Deputado Renato Freitas. Os atendimentos começaram em agosto de 2025 e funcionavam três vezes na semana, atendendo cerca de 130 crianças da comunidade diariamente, a partir das 6h00 da manhã antes de irem para a escola, desde as creches até o ensino fundamental (11 a 12 anos), mas no final do ano encerraram as atividades, voltando com os atendimentos em fevereiro deste ano. Além do café, ofertavam Cursos e Oficinas (como hip-hop, grafite, discotecagem). Solicitam uma Declaração do Conselho para a concretização dos parceiros e busca de recursos para produtos como leites, farinhas, bolachas e chás. Recebem doações da comunidade. O calendário de atendimento acompanha o calendário escolar. Os desafios são: a constante falta de água na comunidade, a ausência de parcerias fixas e permanentes e a necessidade de articulação de políticas públicas para assegurar o fortalecimento das ações já desenvolvidas. Beatriz da SME perguntou se as crianças atendidas estudam na rede pública, Nicole informou que não há critério, o intuito é atender as da comunidade. Beatriz explicou que na rede pública municipal, todas as escolas, CMEIs e CEIs já ofertam o café da manhã para as crianças matriculadas, desde que cheguem 15 minutos antes do início das aulas, e que talvez se suspenderem o atendimento no período de férias estariam prejudicando. Maria Inês disse que conhece o espaço, e existe a dificuldade de formalização, pois não possuíam CNPJ por exemplo para se cadastrar no MDS enquanto Cozinha Solidária e receber recursos de Programas do Governo, salientou que a CONAB oferece gêneros alimentícios para almoço e jantar (arroz, feijão, farinha de milho etc.). Viviane levantou a seguinte questão: que a Declaração solicitada tem a finalidade de obter produtos dos Programas como CONAB, PAA e outros, no entanto, a entidade oferece o café da manhã, que no caso não utilizaria muito estes produtos advindos dos Programas Públicos. Informou que o Conselho no mínimo, solicita um relatório da entidade, com fotos, identificação dos responsáveis, início das atividades, qual o público atendido e faixa etária, quantas pessoas são atendidas e

outras informações que acharem relevantes. E depois é agendada uma visita ao local, de preferência no momento de preparo da alimentação. Lucilene Ferreira sugeriu que seja marcada uma reunião entre o Mesa Brasil e a Cáritas para orientações sobre estrutura, documentações e acompanhamento da Cozinha, até se tornar autônoma.

4. PAA – Passando a palavra para Murilo. Atualmente é consultor do MDS para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no Paraná, articulando junto às instituições e Conselhos para auxiliá-los em relação às dificuldades e identificação de limitações com o Programa, funcionando como um ponto de apoio. Disse que é extremamente importante que o Conselho faça o acompanhamento da execução do PAA, monitorando periodicamente para verificar as instituições que foram cadastradas, se os agricultores que foram cadastrados estão recebendo, se o percentual que foi pactuado já foi entregue, pois não se trata de um Programa só de fomento agrário, e sim de segurança alimentar, também recomendou que os conselheiros acompanhem de vez em quando as entregas. Até fevereiro constava que Londrina tinha um percentual de execução do PAA muito baixo, e sem o alcance do percentual o recurso volta para o Ministério e é distribuído para outros municípios que executaram. Citou o Restaurante Popular que está fechado, e é necessário buscar uma solução ou ter respostas se existe um Plano para essa situação. Sobre o PAA, Priscila informou que a data final é para 01 de julho, mas solicitou prorrogação e que já foi entregue aproximadamente 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

5. Programa Compra Direta Paraná – Kelly informou que o Programa foi criado na época da pandemia, segue os moldes do PAA e veio especificamente para atender instituições e entidades socioassistenciais onde as pessoas pernoitam, e cadastravam-se os CRAS para receber esses alimentos do Programa. Em Londrina tem 18 pontos de entrega e mais os CRAs, pois apenas estes não conseguiriam receber 100 % dos alimentos. A dificuldade no Paraná é que alguns CRAs não podem receber esses alimentos por dificuldade da estrutura e de operacionalização. Londrina recebe aprox. 1 milhão e meio, e desde o primeiro ano de execução houve essa dificuldade de operacionalização. No primeiro ano 18.000 famílias cadastradas para receber esse alimento, no ano seguinte este número diminuiu para 6.000 famílias. Este ano, de acordo com a fiscalização da SEAB, foi constatado que nessas entidades não há pernoite, caracterizando desvio de finalidade do Programa. Anualmente há renovação, com a assinatura do Prefeito, como ocorreu este ano, porém, após um período a Secretaria Municipal de Assistência Social, questionou se

haveria a possibilidade de Londrina não receber estes alimentos. Então, foi encaminhado um Ofício para o gabinete do Prefeito solicitando a confirmação dessa desistência e o detalhamento da motivação. Considerando o prazo curto para resposta, após discussões, o Conselho deu o aval para solicitar a prorrogação do prazo de resposta da SMAS. Rita do MESA BRASIL, disse que há tempos vem tentando receber produtos do Compra Direta, mas não conseguem.

6. Central de Distribuição – antes da explanação deste ponto, Kelly solicitou para a Priscilla que todas as questões afetas à área de SAN sejam informadas no Conselho como o PAA, Restaurante Popular e outros processos. Sobre a Central, Priscila explicou que a sede da COAFAS era em um terreno da COHAB/Prefeitura, mas a Cooperativa adquiriu a área. E no Termo de Convênio constava uma Central Pública de Abastecimento, então, perde-se a finalidade do Convênio, por isso o município não pode renovar. Houve uma reunião com os dirigentes e foi encaminhado um e-mail da SMAA com assinatura do Prefeito para o Secretário de Agricultura do Estado informando dessa impossibilidade de renovação, e por enquanto não houve resposta oficial.

7. Protocolo Brasil Sem Fome – Priscila informou que o documento foi direto para o gabinete do prefeito e o município fez a adesão. Viviane comunicou que de acordo com informações obtidas no Encontro Regional Sul realizado em abril, o responsável pela implantação do Protocolo é a CAISAN do município, e terá o apoio da CAISAN estadual e de uma articuladora do MDS. O objetivo do Protocolo é identificar e construir rotas para as famílias com violações de direitos, ou seja, fazer um diagnóstico da insegurança alimentar no município, envolvendo as Secretarias que compõe a CAISAN. É formado por 7 etapas. A primeira etapa é realizar a identificação pelo TRIA (famílias com risco de insegurança alimentar); 2ª etapa: integração dos dados do SUS com CADÚnico; 3ª aprimoramento da estratégia para qualificar e identificar as pessoas em situação de risco de insegurança alimentar; 4ª cartografia de respostas que seria o mapeamento dos equipamentos e serviços, programas e benefícios do município; 5ª atendimento integrado que é a definição dos fluxos de atendimento integrado entre as Secretarias, etapa 6ª acompanhamentos periódicos de três a seis meses, e a última etapa seria o monitoramento. O Plano de Ação de Londrina é ativar a CAISAN, alterar o Decreto de nomeação dos membros, pois houve troca de representantes e agendar uma reunião com os membros e a articuladora do MDS.

8. IV Encontro Regional do SISAN - Região Sul – Kelly disse que o evento foi realizado de 13 a 15 de abril, reunindo os estados do Sul, com participação do

Ministério da Saúde, do Desenvolvimento Social, representante do MDS. Houve muita troca de experiências, oficinas como por exemplo a de monitoramento do Plano que a Kelly participou, citaram bastante a questão dos sistemas alimentares e o impacto com as mudanças climáticas, se os municípios possuem um Plano de Ação para essa questão de alterações climáticas. Viviane disse que o MDS está fazendo um documento orientador, que a CAISAN nacional está formando um grupo de trabalho com as CAISANs estaduais e municipais e os Conselhos municipais deverão acompanhar os Planos de Contingência. Em relação ao Paraná, é o estado que tem maior número de adesões ao SISAN e parceria com o Ministério Público. Viviane também informou que deverá ser preenchido um documento de permanência ao SISAN. Dando a reunião por encerrada pelos (as) presentes às 11h30 (onze horas e trinta minutos), eu, Viviane Fernandes, lavrei a presente ata, que será encaminhada aos conselheiros que participaram da reunião para aprovação.